

CARROÇAS MILIONÁRIAS

GDF GASTA MILHÕES COM ASSOCIAÇÕES DE CARROCEIROS QUE SERVEM DE FACHADA PARA A CONTRATAÇÃO, SEM LICITAÇÃO, DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE LIXO



Jorge Cardoso 25.5.00

Os carroceiros tinham apenas um papel complementar no serviço de limpeza urbana do Distrito Federal, mas hoje as associações da classe estão recebendo, juntas, R\$ 4 milhões por mês do Salub (o atual SLU)

Ana Maria Campos
e Samanta Sallum
Da equipe do Correio

As carroças no Distrito Federal se transformaram num negócio milionário. Mas, curiosamente, não para os carroceiros, e sim para empresários do setor de transporte e associações que se intitulam de carroceiros. Graças a uma "parceria popular", firmada entre o governo do Distrito Federal e tais associações, empresas estão abocanhando gordos contratos para coleta e transporte de lixo, sem ter de passar pelo funil da licitação pública.

As associações, que tinham apenas um papel complementar no serviço de limpeza urbana, se agigantaram graças aos milhões de reais que recebem do governo (veja quadro na página ao lado). O que eram pequenos núcleos comunitários se transformaram, entre 1996 e 1998, em grandes agências de emprego, por onde foram contratados mais de 3 mil garis, sem concurso público. A partir de 1999, as associações começaram a ganhar ainda mais dinheiro e uma nova função: intermediar também a contratação de empresas para o fornecimento de equipamentos e principalmente para o transporte do lixo recolhido.

Mas o fato é que o Serviço de Ajudamento e Limpeza Urbana de Brasília (Salub) já tem três empresas (Artec, Caenge e Enterpa) oficialmente contratadas para tal tipo de trabalho. "Trocando em miúdos, por intermédio das associações, o Salub está contratando quem quiser e alugando o equipamento que quiser, quase sem controle algum. O dinheiro público não pode ser gasto dessa maneira", destaca o procurador Jorge Ulisses Jacoby que atua junto ao Tribunal de Contas do DF (TCDF).

Na prática, as associações não passam de fantoches nas mãos da direção do Salub. Apenas cinco associações estão recebendo juntas R\$ 4 milhões por mês do Salub. Vultosas cifras são pagas a elas que, por sua vez, repassam o dinheiro a terceiros. "Essa é uma triangulação feita para burlar a concorrência pública, ferindo a lei de licitações", aponta o promotor Diógenes Lourenço, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público do Distrito Federal.

Testemunhas, em depoimentos reservados, contaram ao Correio e ao Ministério Público que as associações seguem apenas as determinações do Salub tanto para a contratação de empresas, como de funcionários. Além disso, o Salub interfere nas contas

bancárias das entidades, promovendo inclusive transferência de dinheiro de uma para outra.

Os altos valores repassados às associações de carroceiros não param de crescer. Em 1998, foram gastos R\$ 15,5 milhões, ainda no governo Cristovam Buarque (PT). Esse valor pulou para cerca de R\$ 30 milhões em 1999, conforme levantamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF. Atualmente, o Salub está gastando mensalmente cerca de R\$ 4 milhões por mês com tais convênios. Se continuar nesse ritmo gastará R\$ 48 milhões até o final deste ano. Isso significa que a metade do orçamento do Salub em 2000, previsto em R\$ 90 milhões, será gasto com "carroceiros" e seus subcontratados.

FATURAS

Documentos e contratos das associações, obtidos pelo Correio, revelam que somente uma delas, com o nome de Sindicato dos Condutores de Veículos de Tração Animal (Sindcar), gasta R\$ 800 mil por mês com o transporte de lixo apenas da Asa Sul. O valor consta em faturas de cobrança enviadas pela associação ao Salub, onde não há detalhamento algum sobre o gasto. Dinheiro que, na prática, as associações repassam a terceiros. O

estranho é que a Enterpa Ambiental já recebe diretamente do Salub, R\$ 1,2 milhões por mês para fazer a limpeza do Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Cruzeiro e Guará.

"Se já existem empresas contratadas para o serviço, por que outras estão sendo subcontratadas pelas associações?", indaga Jacoby. Por isso, o procurador defende a auditoria nos convênios. Já existe decisão do TCDF considerando irregulares tais convênios.

Segundo o tribunal, as associações não poderiam estar prestando serviço dessa natureza. Para isso, devem ser firmados contratos precedidos de licitação pública e não convênios. O Salub foi notificado em março e o TCDF aguarda esclarecimentos do órgão sobre o assunto.

Quando foi criada, no final de 1996, a "parceria popular" entre governo e associações, se limitava à intermediação de mão de obra. Definido pelo governo como programa de cunho social, os convênios tinham o objetivo de integrar os carroceiros no mercado formal de trabalho. Eles começaram a prestar serviço para o então SLU, na coleta de lixo em cidades como Santa Maria, Samambaia e Riacho Fundo. Um programa que deveria apenas complementar o ser-

viço de limpeza pública, como diz a Lei nº 955/95.

Mas, ainda no governo passado, a parceira ganhou novos contornos. Os carroceiros foram perdendo espaço e hoje praticamente não participam mais da parceria. Uma das associações beneficiadas, a dos carroceiros do Riacho Fundo, não tem sequer um carroceiro entre os seus 827 filiados. Essa e outras associações acabaram sendo criadas apenas para contratar garis sem concurso público.

SALÁRIO DE GARI

A associação do Riacho Fundo nem sede tinha até um mês atrás. Hoje ocupa espaço cedido pelo Salub, próximo à rodoviária do Núcleo Bandeirante. Os carroceiros do Riacho Fundo preferem ficar distantes do negócio. "Eles queriam pagar para a gente o mesmo salário de um gari sem carroça. Isso não é justo. É melhor trabalhar por conta própria do que para essa associação", reclama João Francisco da Silva, um dos tradicionais carroceiros do Riacho Fundo.

Jacoby chegou a dar parecer favorável aos convênios em 1996, mas agora concorda com a posição do Tribunal. "A parceria foi criada apenas para complementar o serviço de limpeza. Mas, hoje, essas associações ganha-

ram poderes muito maiores e detêm 50% da mão de obra que trabalha na coleta de lixo", aponta.

O Correio, desde o dia 24 de maio, vem pedindo à direção do Salub informações detalhadas sobre os convênios e os gastos com as associações. As perguntas foram enviadas por fax, a pedido do Salub, mas não foram respondidas pelo órgão até ontem.

O diretor-geral do Salub, Luiz Flores, limitou-se a dizer que os convênios são legais. "Não consideramos as Parcerias Populares o melhor modelo, mas estamos dando continuidade ao programa que herdamos do governo passado, até a finalização da concorrência pública para terceirização dos serviços de limpeza pública".

Só que o edital de concorrência para a escolha da empresa que vai assumir 70% da limpeza urbana do Distrito Federal está sendo contestado na Justiça por empresas interessadas em disputar a licitação, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e o Ministério Público.

LEIA MAIS

Sobre o assunto
na página 12